

“SEM MAIS REBULIÇOS”: PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE

“NO MORE REBULIÇOES”: PROBLEMATIZATIONS ABOUT GENDER AND SEXUALITY

“NO MÁS ALBOROTO”: PROBLEMATIZACIONES SOBRE GÉNERO Y SEXUALIDAD

Elaine de Jesus Souza ¹
Eugèrbia Paula da Rocha ²
Elânia Francisca da Silva ³

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo problematizar discursos acerca de sexualidade e gênero, englobando saberes e práticas incorporados na Educação Sexual desenvolvida, de modo direto e/ou indireto, na escola. Aqui analisamos 12 entrevistas semiestruturadas realizadas com docentes da Educação Básica da rede pública de ensino, por meio da análise foucaultiana do discurso. Os resultados ressaltam que, entre limites e possibilidades, as abordagens socioculturais de sexualidade e gênero incitam a problematização e desconstrução de tabus e preconceitos, por meio de uma Educação Sexual “além do biológico”. Assim, nos currículos escolares são (re)produzidos uma multiplicidade de discursos que nos constituem como sujeitos transitórios nessa cultura cambiante.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Currículo.

ABSTRACT: *This work aimed to problematize discourses about sexuality and gender, encompassing knowledge and practices incorporated in Sexual Education developed, directly and / or indirectly, at school. Here we analyze 12 semi-structured interviews conducted with teachers of Basic Education in the public school system, through Foucault's discourse analysis. The results emphasize that, between limits and possibilities, the socio-cultural approaches to sexuality and gender encourage the problematization and deconstruction of taboos and prejudices, through a sexual education “beyond the biological”. Thus, in the school curricula, a multiplicity of discourses are (re) produced that constitute us as transitory subjects in this changing culture.*

Keywords: Gender. Sexuality. Curriculum.

RESUMEN: *Este trabajo tuvo como objetivo problematizar los discursos sobre sexualidad y género, abarcando conocimientos y prácticas incorporados en la Educación Sexual desarrollados, directa y/o indirectamente, en la escuela. Aquí analizamos 12 entrevistas semiestructuradas realizadas a docentes de Educación Básica del sistema escolar público, a través del análisis del discurso de Foucault. Los resultados destacan que, entre límites y posibilidades, los enfoques socioculturales de*

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Adjunta do Instituto de Formação de Educadores (IFE) na Universidade Federal do Cariri (UFCA). Brejo Santo/CE, Brasil. <http://orcid.org/0000-0003-3931-0025>. elaine.souza@ufca.edu.br.

² Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Rio Grande/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-1459-2428>. eugerbiorochabs@gmail.com.

³ Mestranda em Cinema e Narrativas Sociais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão/SE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-3075-7111>. elania964@gmail.com.

la sexualidad y el género fomentan la problematización y deconstrucción de tabúes y prejuicios, a través de una Educación Sexual “más allá de lo biológico”. Así, en los currículos escolares se (re) producen una multiplicidad de discursos que nos constituyen como sujetos transitorios en esta cultura cambiante.

Palabras clave: *Género. Sexualidad. Plan de estudios.*

Introdução

Gênero e sexualidade são temáticas marcantes nas vivências escolares de docentes e discentes, embora haja uma incessante tentativa de invisibilização nos espaços educacionais. Nesse paradoxo, as dimensões socioculturais e políticas da Educação Sexual não costumam ser exploradas nos currículos escolares e acadêmicos, pois, o viés biologicista ainda consegue manter-se predominante, delimitado por um determinismo biológico preventivo e um princípio conservador-religioso que constitui um marcador cultural, sobretudo no contexto do Cariri cearense⁴.

A incorporação da Educação Sexual nos currículos escolares perpassa por desafios e empecilhos, entre avanços, retrocessos e (des)continuidades no processo educacional brasileiro. Tal retrocesso ficou evidente com a omissão das temáticas sexualidade e gênero da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A carência na formação docente inicial e/ou continuada, a falta do (re)conhecimento das múltiplas identidades/diferenças no contexto escolar e as “famílias tradicionais” apoiadas em modelos patriarcais e heteronormativos, também constituem fatores que limitam uma abordagem sociocultural e política das questões de sexualidade e gênero nos currículos escolares. Essa omissão da Educação Sexual nos currículos escolares é um quadro preocupante, posto que, reforça tabus, preconceitos, machismos, sexismos e práticas homofóbicas tão presentes nos cotidianos dos/as alunos/as.

A partir da perspectiva dos Estudos Culturais Pós-estruturalistas (HALL, 2014; MEYER, 2004; SILVA, 2000) ressaltamos que uma abordagem sociocultural da Educação Sexual consiste em reconhecer a dimensão da cultura como produto e produtora de discursos, identidades/diferenças e representações acerca de sexualidade e gênero, visando (re)criar estratégias didático-metodológicas que provoquem problematizações e (des)construções de preconceitos e discriminações alicerçados em essencialismos e normatizações.

⁴O Cariri cearense está localizado na região Sul, do estado do Ceará, no Nordeste brasileiro e abrange cerca de 28 municípios do Sul do Ceará, dentre os quais está inserida a cidade de Brejo Santo, que foi lócus desse estudo. A etimologia do nome Cariri origina-se das palavras indígenas “Kariri”, “Kairiri”, ou “Kiriri” que fazem referência à origem dos povos indígenas “cariris” e aos locais onde esses índios se apropriavam, nesse caso no Ceará (BATISTA; BATISTA, 2020).

A escola configura-se como espaço desafiador, principalmente, no que se refere às questões de gênero e sexualidade, visto que as múltiplas identidades/diferenças estão em um processo contínuo de (des)construção. Nessa direção, são compartilhadas uma pluralidade de vivências, relacionamentos e (des)aprendizados que possibilitam dialogar e reconhecer as múltiplas dimensões das sexualidades e expressões de gêneros. No entanto, muitas vezes, as identidades/diferenças são silenciadas e/ou invisibilizadas pelos processos discursivos de homogeneização que permeiam o campo da educação. Desse modo, ressaltamos a relevância dos estudos de sexualidade e gênero, que, além de compor o conceito de Educação Sexual, são utilizadas para problematizar os modos como esse campo transdisciplinar vem sendo incorporado, de forma direta e/ou indireta, nos saberes e nas práticas escolares.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de analisar a abordagem de gênero e sexualidade em uma perspectiva sociocultural, visando desconstruir tabus, preconceitos e a homofobia presentes nos espaços escolares que disseminam desigualdades sexuais e de gênero. Para tanto, articulamos os campos de estudos culturais pós-estruturalistas e a análise foucaultiana do discurso, a partir da seguinte questão norteadora: *Como sexualidade e gênero atravessam e se articulam na proposta de Educação Sexual e são incorporados nos currículos escolares?* Diante disso, esse trabalho teve como principal objetivo problematizar discursos acerca de sexualidade e gênero, englobando saberes e práticas incorporados na Educação Sexual desenvolvida, de modo direto e/ou indireto, na escola.

Nesse caminho, organizamos o texto em 4 seções; na primeira, apresentamos uma abordagem teórica-metodológica sobre os principais conceitos abordados, na segunda, descrevemos os caminhos metodológicos percorridos para desenvolver a pesquisa. Em seguida, destacamos as problematizações das narrativas docentes a partir das análises dos discursos. E por fim, tecemos algumas considerações, salientando a importância de incorporar a Educação Sexual nos currículos escolares e acadêmicos, de forma contínua e sistemática, sobretudo nos cursos de formação docente e demais espaços educativos.

Problematizações iniciais sobre sexualidade e gênero

As relações de gênero e de sexualidade nas escolas vêm sendo marcadas por lutas e resistências diante dos padrões heteronormativos dominantes numa sociedade, que restringem a abordagem dessa temática no contexto escolar, disseminando

desigualdades, preconceitos e tabus implicados em relações de poder. A escola constitui um espaço fundamental para promover uma educação inclusiva abrangendo a diversidade e reconhecendo as diferenças, no entanto, ainda apresenta lacunas nas abordagens socioculturais sobre sexualidade e gênero, pois, costuma estar alicerçada em fundamentalismos, essencialismos e determinismos biológicos que (re)produzem preconceitos e discriminações.

Macedo (2007) enfatiza que as abordagens acerca de sexualidade e gênero nos currículos representam “aspectos reprodutivos e higienistas”, priorizando discussões preventivas que, (re)produzem um discurso ligado à reprodução e “perpetuação da espécie”. Todavia, Louro (2000) ressalta a pluralidade das identidades sexuais e de gênero que constituem os sujeitos e são construídas a partir de relações socioculturais, nos lembrando que somos sujeitos com múltiplas identidades, logo não se trata de algo fixo e imutável, mas provisório e passível de transformações ao longo da vida. Assim, torna-se cada vez mais urgente o reconhecimento das múltiplas identidades/diferenças nos espaços escolares, para dar visibilidade à diversidade sexual, além de possibilitar a liberdade de vivenciar e expressar as dimensões de sexualidade e gênero.

A sexualidade vai muito além das dimensões sexuais e reprodutivas, ao englobar um conjunto de sentimentos, emoções, valores, comportamentos, relacionamentos, representações, linguagens, relações e identidades/diferenças socioculturalmente construídas e historicamente modeladas. Porém, durante muito tempo (e ainda hoje), a sexualidade foi (e costuma ser) regulada como poder disciplinar que rege toda multiplicidade da espécie humana a partir de “normas, saberes e práticas”, restringindo as identidades sexuais e de gênero a um padrão heteronormativo que invisibiliza a diversidade sexual (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004; LOURO, 2000; 2007). O conceito de gênero abrange as múltiplas manifestações de corpo e distintas representações de masculinidades e feminilidades, que excedem os limites do sexo biológico, pois pressupõe processos subjetivos e socioculturais que problematizem a noção de “papeis sociais” pautada em “diferenças sexuais” utilizada para justificar desigualdades entre homens e mulheres (MEYER, 2013; NICHOLSON, 2000; SCOTT, 1995). Ou seja, gênero entendido como uma construção sociocultural do sujeito.

Ademais, diversidade sexual compreende diferentes expressões e vivências de sexualidade e de gênero, englobando as identidades sexuais – homossexuais, heterossexuais, bissexuais, assexuais – e de gênero – travestis, transexuais... (LOURO, 1997). Por outro lado, a heteronormatividade reforça um “padrão hegemônico”

enraizado na sociedade e nos espaços educacionais, considerado um modo “normal” e universal de masculinidade e feminilidade, e de sexualidade, nesse caso a heterossexualidade; assim os sujeitos que se afastam desse padrão são considerados “desviantes e/ou anormais” (LOURO, 2013). Tal padrão cisheteronormativo nega a existência de diversos modos de vivenciar e expressar as sexualidades e os gêneros.

Ao olhar a escola como um espaço acolhedor e de desenvolvimento na formação humana se faz indispensável a discussão de temas como diversidade sexual e desigualdades de gênero para desconstruir esse padrão hegemônico, visando o reconhecimento das múltiplas identidades/diferenças. Furlani (2013) argumenta que para desconstruir essas “representações hegemônicas” seria relevante uma Educação Sexual reflexiva, para discutir essas normas que marcam as desigualdades sexuais, de gênero, de raça/etnia, de religião, entre outras.

Meyer (2009) enfatiza a Educação Sexual nos currículos escolares, como um campo significativo e potente de possibilidades para reflexão e intervenção de educadores/as, que poderia contribuir com a redução de diversos tipos de violência contra todos/as os sujeitos que destoam dos padrões heteronormativos. Cabe explicar que vem repercutindo uma discussão teórico-conceitual sobre o termo Educação Sexual, evidenciando uma multiplicidade de enunciados que compõem discordâncias e/ou consonâncias (FURLANI, 2011), pois alguns/mas autores/as defendem que o termo mais adequado, abrangente e não biologicista seria “Educação para a sexualidade” (FELIPE, 2008; RIBEIRO; MAGALHÃES, 2017; XAVIER, 2017).

No entanto, adotamos o termo Educação Sexual embasado em autores/as que também empregam o conceito de uma forma abrangente, problematizadora e não limitada ao viés biologizante, tais como Louro (1997) e Jimena Furlani (2005), ademais Foucault (2015a) já mencionava o termo em “História da Sexualidade I: a vontade do saber”. Furlani (2005) defende que a Educação Sexual constitui uma dimensão sociocultural que abrange um caráter mais amplo, por meio de abordagens histórica, sociocultural, afetiva, política indo “além do viés biológico”. Assim, instiga-se uma ressignificação teórico-conceitual e um posicionamento político ao manter o termo Educação Sexual, visando problematizar essencialismos e normatizações acerca de sexualidade e gênero.

Nessa concepção, a “Educação Sexual além do biológico” constitui um campo transdisciplinar desenvolvido, de modo contínuo e sistemático, em todas as fases da vida, pela família e por todas as instâncias educacionais, sobretudo a escola, para

informar, orientar e também educar sobre sexualidade, corpo e gênero em articulação com outras temáticas e abordagens socioculturais. Neste estudo, a escolha do termo Educação Sexual não está isenta de questionamentos, entretanto representa uma possibilidade de ir “além do biológico”, soando como ponto de resistência em contraposição à exclusão dos temas sexualidade e gênero de políticas públicas educacionais. (SOUZA, 2018). Em consonância, pressupõe-se a problematização da linguagem em detrimento da busca por uma única ‘verdade’ e de um ‘modelo’ legítimo de “Educação Sexual”, evidenciando que existem múltiplas possibilidades de repensar esse campo transdisciplinar. Portanto, como uma forma de comprometimento com a função de educador/a sexual, continuar utilizando esse termo representa um ato político-pedagógico que reflete as múltiplas possibilidades de ressignificar, de modo contínuo e sistemático, saberes e práticas docentes em direção a uma Educação Sexual que ultrapasse o viés biologicista, priorizando abordagens socioculturais acerca de sexualidade e gênero (FURLANI, 2005; SOUZA, 2018).

Nesse sentido, compreendemos a importância do currículo além da composição de disciplinas, conteúdos e conjunto de atividades escolares, como um artefato cultural imbricado com a produção de identidades/diferenças, que são construídos por meio de discursos e relações de poder-saber. Dessa forma, o conceito “currículo” é passível de múltiplas compreensões, pois se refere aos inúmeros modos e variadas perspectivas acerca da sua construção e desenvolvimento. O currículo compreendido como artefato cultural, possibilita a construção de “novas estratégias de mudanças” (VEIGA-NETO, 2005). Assim, o currículo possibilita ultrapassar o viés conteudista abrangendo também os aspectos socioculturais.

Nessa perspectiva, o currículo nessa busca entender as múltiplas identidades e diferenças como uma produção social, histórica, política e cultural, problematizado os modos em que são (re)produzidas e que costumam ser naturalizada e disseminada nos distintos espaços e processos educativos (SILVA, 2015). Desse modo, corroboramos com a necessidade de uma Educação Sexual como um processo contínuo e sistemático, que abrange as dimensões de sexualidade e gênero, envolvendo a problematização de artefatos e pedagogias culturais nos currículos escolares e acadêmicos.

Ferramentas metodológicas

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa acerca da Educação Sexual articulada aos estudos de sexualidade e gênero, desenvolvida em cinco escolas públicas nos municípios de Brejo Santo-CE e Porteiras-CE. Aqui analisamos 12 entrevistas semiestruturadas realizadas com docentes da Educação Básica. Os/as docentes foram escolhidos/as aleatoriamente de acordo com a disponibilidade de cada um/a e, de disciplinas variadas: Matemática, Química, História, Geografia, Português, Inglês, Sociologia e Ética Profissional, Educação Física, Biologia.

Para a produção do material empírico, realizamos entrevistas semiestruturadas a partir de um roteiro com perguntas-guias, abrangendo conceitos, vivências escolares, limites, possibilidades e metodologias utilizadas pelos/as docentes. As entrevistas⁵ nos dão pistas para pensar o quanto esse campo da Educação Sexual é contestado e permeado por múltiplos desafios e significados culturais. Essa técnica possibilita maior aprofundamento das informações a partir da construção de certa cumplicidade entre pesquisador/a e entrevistado/a.

Vale ressaltar que os procedimentos éticos⁶ percorreram todo o percurso da pesquisa, desde a definição do objeto de estudo, relevância da problemática, até a elaboração, organização e desenvolvimento da pesquisa. Como ferramenta teórico-analítica para problematização da Educação Sexual foi empregada à análise foucaultiana do discurso, visando questionar saberes e práticas que marcam as vivências docentes.

A análise foucaultiana possibilita aos/as pesquisadores/as investigar minuciosamente os enunciados a partir da problematização da linguagem e do discurso, bem como as práticas que constroem, de modo sistemático, os “objetos” de que falam. Um enunciado reflete um acontecimento num certo tempo e lugar apoiados em conjuntos de signos, para analisar os enunciados que compõem os discursos, observamos quatro elementos: o referente (que atua como princípio de diferenciação), sujeito (posição ocupada), campo associado (correlação com outros enunciados), materialidade (algo concreto, falado, escrito, gravado etc.) (FOUCAULT, 2015b). Dessa forma, a análise do discurso possibilita analisar os enunciados que apresentam regularidade e raridade discursiva, bem como, as relações de poder/saber.

⁵As entrevistas foram registradas por meio de gravador de voz, depois de um prévio acordo com os/as participantes e em seguida realizou-se as transcrições e análises.

⁶O projeto de pesquisa “Educação Sexual, sexualidade e gênero na escola em uma perspectiva sociocultural” foi aprovado pelo Comitê de Ética e todos/as os/as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) concordando com a participação voluntária na pesquisa. O Certificado de Apresentação de Apreciação Ética/CAAE é 21861219 0 0000 5698 com número de parecer 3.672.498.

Segundo Fischer (2001), a análise do discurso consiste em descrever e problematizar grupos de enunciados que se apoiam em diferentes campos do saber, nessa direção é preciso duvidar do “natural”, e quais condições existentes que estes enunciados foram produzidos, a “linguagem e o discurso são lugares de lutas permanentes”. Para Foucault (2015b), os discursos não podem ser vistos apenas como um conjunto de signos, mas como “práticas que formam os objetos de que fala”, posto que descrevem e problematizam um conjunto de enunciados apoiados em diferentes campos do saber e relações de poder que vigiam e controlam a sexualidade dos sujeitos. Portanto, analisamos não somente o que foi dito, mas o porquê foi dito, considerando o contexto histórico e sociocultural em que os discursos foram produzidos.

Ao traçar o perfil dos/as docentes participantes dessa pesquisa, apresentamos os principais marcadores sociodemográficos, como gênero, idade, religião e as disciplinas ministradas, utilizando os nomes fictícios adotados na pesquisa.

Quadro 1: Perfil dos/as participantes das entrevistas semiestruturadas

<p>Eurides, gênero feminino, 21 anos de idade, religião católica, reside no município de Brejo Santo/CE, ministra as disciplinas Ciências e Matemática (Entrevista, 11/11/2019).</p> <p>Jany, gênero feminino, 25 anos, religião católica, reside no município de Brejo Santo/CE, professora de Geografia e Núcleo de Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais (NTTPS) (Entrevista, 11/11/2019)</p> <p>Gustavo, gênero masculino, 25 anos, religião católica, reside no município de Brejo Santo/CE, ministra a disciplina Matemática (Entrevista, 13/11/2019)</p> <p>Sandy, gênero feminino, 45 anos, religião católica, reside no município de Brejo Santo/CE, professora de Português. (Entrevista, 25/11/2019).</p> <p>Pedro, gênero masculino, 27 anos, religião católica, reside no município de Brejo Santo/CE, professor de Matemática e Física. (Entrevista, 03/09/2019).</p> <p>Alice, gênero feminino, 28 anos, religião católica, reside no município de Brejo Santo/CE, professora de Sociologia. (Entrevista, 28/08/2019).</p> <p>Ana, gênero feminino, 25 anos, católica, reside no município de Brejo Santo/CE, ministra a disciplina de Português (Entrevista, 02/09/2019).</p> <p>Valesca, gênero feminino, 22 anos, católica, reside no município de Brejo Santo/CE, professora de Português e Inglês. (Entrevista, 02/09/2019)</p> <p>Lanha, gênero feminino, 30 anos, religião católica, reside no município de Milagres/CE, professora de Português e Inglês. (Entrevista, 11/11/2019).</p> <p>Fábio, gênero masculino, 27 anos, católico, reside no município de Brejo Santo/CE, ministra as disciplinas Matemática e Física. (Entrevista, 18/11/2019).</p> <p>Anderson, gênero masculino, 54 anos, católico, reside no município de Brejo Santo/CE, ministra a disciplina de Biologia. (Entrevista, 19/11/2019).</p> <p>Paulo, gênero masculino, 47 anos, católico, reside no município de Brejo Santo/CE, ministra a disciplina Português. (Entrevista, 18/11/2019).</p>
--

Fonte: As autoras (2019)

Sexualidade e gênero: conceitos e abordagens

A escola constitui um espaço potente no processo de construção de identidades/diferenças socioculturais, pois abrange um papel que vai além da simples difusão de conteúdos didáticos. Entretanto, a Educação Sexual ainda enfrenta lutas e diversos desafios para a incorporação das temáticas sexualidade e gênero na escola,

embora presentes nas vivências estudantis e docentes, ainda estão distantes das abordagens em sala de aula. Diante das análises das entrevistas, observamos que a maioria dos/as docentes têm dificuldades em compreender e/ou confundem conceitos da Educação Sexual, como gênero, sexualidade, identidade sexuais, entre outros.

Nessa perspectiva, as falas dos/as participantes apresentam visões distintas acerca dos conceitos de sexualidade e gênero, sinalizando categorias discursivas que se contrapõem, tais como biologicistas/reprodutiva e sociocultural, marcadas por dicotomias, (des)construções e/ou termos essencialistas: masculino/feminino, sexo/gênero; atração, sentimento, pertencer, escolher, descobrir; conhecer, quebrar, abertura, reconstruir... Além dos limites e das possibilidades das abordagens em sala de aula, observamos nas falas docentes enunciados convergentes e/ou divergentes: “*minha área não é amiga desse assunto*”, “*sempre vai ter algo que barra*”, “*poderia quebrar esses limites*”, apresentando visões contraditórias acerca das práticas docentes no campo da Educação Sexual.

Dessa forma, destacamos a importância de problematizar tais conceitos para encorajar formas de incorporar esse campo da Educação Sexual nos currículos escolares e nas práticas docentes, desconstruindo padrões heteronormativos e preconceitos religiosos, que limitam a compreensão e (re)conhecimento da diversidade de sexualidade e gêneros. Nesse rumo, os/as docentes quando questionados/as sobre as suas vivências pessoais e formação docente inicial ou continuada como abordaria os conceitos de sexualidade e gênero, evidenciaram a presença marcante de múltiplas representações contraditórias acerca do assunto, sinalizando uma heterogeneidade discursiva com noções essencialistas, fundamentalismo biológico e/ou uma perspectiva sociocultural. Assim, agrupamos as falas dos/as participantes de acordo com enunciados convergentes e divergentes acerca dos conceitos de gênero e de sexualidade.

Os ditos da/o docente Lanha e Gustavo podem ser agrupados na categoria essencialista, ficando exposto nos enunciados que ecoam na fala de Gustavo: “*gênero seria só masculino e feminino, é o sexo da pessoa já ao nascimento... homem, homem; mulher, mulher*”(Prof. De Matemática, 13/11/2019). Essa visão binária de gênero se atrela ao fundamentalismo biológico. Os discursos essencialistas marcam as representações de muitos/as docentes, levando-os a acreditar e defender que o gênero seria determinado conforme a genitália da pessoa, somente com duas possibilidades “masculino ou feminino”, logo não reconhecem as múltiplas identidades de gênero. E até confundem com as identidades sexuais, a exemplo da fala de Lanha “*existe não sei*

quantos tipo de gênero né? [...] tem gente que diz “fulano virou gay [...] já é no gene, no DNA, acredito que ela já nasce”(Prof. de Português e inglês, 11/11/2019).

Louro (1997; 2000) adverte que as distintas identidades sexuais e de gênero não devem ser entendidas como inatas, visto que envolvem um processo de construção pessoal, familiar, social e cultural, destoantes de fatores biológicos (genéticos, fisiológicos e/ou anatômicos). Essa visão binária e essencialista é sustentada pela premissa linear sexo-gênero-sexualidade, isto é, uma lógica cisheteronormativa, a qual defende que os seres humanos nascem machos e fêmeas, logo seu sexo biológico determinaria um de dois gêneros possíveis, masculino ou feminino, além de conceber a heterossexualidade como algo natural, uma forma compulsória de sexualidade. Nessa perspectiva, Louro (2017) destaca que ao descrever e/ou nomear que um recém-nascido é uma “menina” ou um “menino” está sendo predeterminado a seguir uma norma regulatória, um padrão hegemônico cisgênero e heterossexual. Porém, alguns sujeitos podem desviar dessa norma e cruzar fronteiras proibidas, contudo, costumam ser submetidos às “pedagogias corretivas” e exclusão, sobretudo no espaço escolar (LOURO, 2000; PRADO; JUNQUEIRA, 2011).

Em contraposição, torna-se necessário desconstruir essa visão essencialista e binarista que permeia a sexualidade e o gênero, enfatizando o reconhecimento das múltiplas identidades além do biológico, posto que as feminilidades, masculinidades e sexualidades são produzidas a partir de inúmeras dimensões, sobretudo culturais, que instituem modos de subjetivação. Nesse rumo, “[...] A chave é mudar o foco, parando de focar diferenças rumo a um enfoque nas relações. Acima de tudo, o gênero é uma questão de relações sociais dentro das quais indivíduos e grupos atuam” (CONNELL; PEARSE, 2015, p.47). Desse modo, tanto as masculinidades quanto às feminilidades são construídas através das relações socioculturais.

As falas de Eurides, Jany, Anderson e Sandy convergem para um entendimento de gênero como constructo identitário e sociocultural, pois apesar de sinalizarem como “*masculino e feminino*”, também destacam a questão de “*se sentir bem*” e “*se identificar*”, enfatizando que independe do órgão sexual. Desse modo, agrupamos na categoria sociocultural, pois as identidades/diferenças, que constituem o gênero, são construídas a partir de relações plurais em um processo passível de mudanças. Nesse contexto, Meyer (2013) enfatiza que gênero pressupõe a constituição como homens e mulheres consistem em um processo mutável e inacabado que ocorre por meio das mais variadas práticas sociais, assim não é linear e completo, pois envolve diversas

(re)construções ao longo da vida. Ademais, tal conceito evidencia a coexistência de distintos e conflitantes modos de expressar feminilidades e masculinidades, posto que nascemos e vivemos em tempos, circunstâncias e ambientes socioculturais peculiares.

Quando a participante Jany enuncia que embora tenhamos aprendido que gênero seria “masculino e feminino”, “*não significa que aquele corpo que eu nasci... se apoia no gênero que eu pertença*” (Profa. De Geografia e Núcleo de Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais, 11/11/2019). Vislumbramos desconstruções a partir de um olhar problematizador, ao indicar o entendimento de que não é o sexo biológico/a genitália que determina os modos de tornar-se “homem ou mulher”, ou seja, as identidades de gênero não se restringem aos órgãos sexuais. Ao empregar o termo “*pertencimento*”, a docente nos provoca a reconhecer tanto as dimensões subjetivas quanto socioculturais marcantes na construção dos gêneros. Não são as semelhanças biológicas que definem o corpo, mas principalmente, os significados culturais e sociais atribuídos (representações, valores, símbolos e diferentes linguagens). Pois, (re)produzem novas formas de tornar-se masculinos e femininos, reconhecendo as múltiplas identidades e desestabilizando essa suposta forma hegemônica de caráter imutável. Assim, o *gênero* engloba múltiplas expressões de corpo e representações de masculinidades e feminilidades, que excedem os limites do sexo biológico (SOARES, 2008; GOELLNER, 2013).

Existem outros tipos de gênero, né? (Profa. Ciências e Matemática, 11/11/2019). Essa fala do professor Eurides alia-se com o enunciado da docente Sandy: “*nem todo feminino é feminino e nem todo masculino é masculino*” (Profa. Português, 25/11/2019). Ressaltando o reconhecimento de que as identidades de gênero não se enquadram em um determinismo biológico, ou seja, não são determinadas pelos órgãos sexuais, o que possibilita pensar nas identidades como construções subjetivas e socioculturais de masculinidades e feminilidades, que constituem modos de tornar-se sujeitos. Nesse olhar, “[...] as pessoas constroem a si mesmas como masculinas ou femininas. Reivindicamos um lugar na ordem de gênero – ou respondemos ao lugar que nos é dado –, na maneira como conduzimos na vida cotidiana” (CONNELL; PEARSE, 2015, P.39). Ademais, as autoras acrescentam:

[...] ambiguidades de gênero não são raras. Há mulheres masculinas e homens femininos. Há mulheres que se apaixonam por outras mulheres e homens que se apaixonam por outros homens. Há mulheres que são chefes de família e homens encarregados de cuidar dos filhos. Há mulheres soldados e homens enfermeiros. Às vezes, o

desenvolvimento da “identidade de gênero” resulta em um padrão intermediário, misturado ou nitidamente contraditório, para os quais usamos termos como afeminado, afetado, *queer* e transgênero. (CONNELL; PEARSE, 2015, p.39).

É importante entender o gênero como uma construção passível de mudanças e transitoriedade (LOURO, 2000; PRADO; JUNQUEIRA, 2011). Meyer (2004) acrescenta que o conceito de gênero engloba processos sociais, culturais e linguísticos que constroem diferenças entre mulheres e homens, nomeando seus corpos como “sexualizados e generificados”.

Apesar de um entendimento sociocultural acerca de gênero, na fala de Anderson sobre sexualidade, notamos uma representação biologicista, “*A sexualidade é a que a pessoa exerce, tem, é aflora, é hormônio, é o seu corpo*” (Prof. de Biologia, 19/11/2019). Para Louro (2007), com relação à sexualidade, o fundamento na biologia se revela mais resistente, já que a “[...] aceitação da existência de uma matriz biológica, de algum atributo ou impulso comum que se constitui na origem da sexualidade humana persiste em algumas teorias” (LOURO, 2007, p. 209), que ancoradas no determinismo biológico propagam uma noção universal e trans-histórica dessa dimensão.

Em contraponto, as falas dos/as docentes Lanha, Eurides, Jany, Gustavo e Sandy convergem ao destacarem nos enunciados sobre o conceito de sexualidade, os termos “sentimento”, “emocional”, “atração”, “amor”, “identidades”, “se conhecer”, sinalizando a dimensão sociocultural da sexualidade, posto que esta envolve uma série de elementos da esfera social do indivíduo sendo importante compreender que não existe um modelo único de viver a sexualidade. Nesse sentido, a participante Lanha ressalta: “*Não é só conteúdo órgãos genitais masculino e feminino, é o emocional que tem que ser trabalhado*” (Profa. de Português e Inglês, 11/11/2019). Esse enunciado aponta a necessidade de ultrapassar práticas curriculares conteudistas, posto que quando se trata de sexualidade humana, as discussões encontram-se centralizadas nas aulas de Ciências/Biologia associadas ao corpo humano e reprodução.

Ao argumentar a sexualidade como um dispositivo histórico que pressupõe o controle (ou, por outro lado, o uso) dos prazeres e cuidado de si, Foucault (2014a) emprega o termo “cultura de si” para caracterizar um conjunto heterogêneo de práticas e preceitos históricos e socioculturais acerca do “cuidado consigo”. Esse dispositivo “cultura de si” instiga pensar um processo denominado de “Higienização da Educação Sexual” em alusão às abordagens que restringem esse campo a uma dimensão biologicista de sexualidade, focando em aspectos preventivos com relação às Infecções

Sexualmente Transmissíveis IST/Aids e à gravidez na juventude, baseando-se em discursos biomédicos e essencialistas da fisiologia e anatomia do “corpo humano”. Nessa lógica, visa-se reforçar um conjunto de prescrições referentes à saúde corporal e assepsia nas relações e práticas sexuais, desconsiderando abordagens socioculturais da Educação Sexual que problematizam esse caráter higienista, dando visibilidade à multiplicidade de dimensões da sexualidade, que ultrapassam os limites do biológico. Desse modo, vale questionar:

[...] será que nas nossas aulas de Ciências e Biologia, quando o tema envolve sexualidade, nossa abordagem é puramente científica? Será que hoje, quando falamos de práticas sexuais, reprodução, corpo, falamos nisso sem nenhuma influência da nossa própria inserção cultural no mundo? Ou nas nossas abordagens pretensamente genéricas, de fato nós naturalizamos determinadas práticas, mantendo o *status quo* heteronormativo da compreensão sobre a sexualidade e reproduzindo uma série de valores morais, estigmas e preconceitos? (BORTOLINI et al., 2014, p. 72).

Quando a docente Sandy enuncia que a sexualidade “*não aborda só em você ser hetero, se você é homossexual, se você é lésbica*” (Profa. Português, 25/11/2019). Vislumbramos ainda um olhar para além das identidades sexuais, que se referem aos modos como os indivíduos vivem sua sexualidade com outros indivíduos, podendo ser heterossexuais, homossexuais e bissexuais. Meyer (2008, p.26) a “sexualidade tem a ver com as formas pelas quais os diferentes sujeitos, homens e mulheres, vivem seus desejos e prazeres corporais, em sentido amplo.” Dessa maneira, a sexualidade vai muito além dos aspectos biológicos e reprodutivos, engloba identidades sexuais e de gênero, envolvimento emocional, erotismo, amor, desejos, prazeres, fantasias, crenças, valores, atitudes, linguagens, relacionamentos, ou seja, dimensões que perpassam aspectos da vida humana interpelada pela cultura, assim como identidades e diferenças marcadas por relações de poder, que permeiam determinado cenário sociocultural e político (LOURO, 2000).

Práticas docentes da educação sexual: (des)construções

Com o intuito de problematizar de que modos os/as docentes abordam (ou não) as temáticas da Educação Sexual, visando amenizar as dificuldades, barreiras de aprendizados e encorajar a (des)construção de preconceitos no âmbito educacional, destacamos as principais estratégias didático-metodológicas que os/as professores/as

utilizam e/ou poderiam utilizar para uma abordagem da Educação Sexual, abrangendo corpo sexualidade e gênero.

Ao ser questionados/as sobre quais estratégias didático-metodológicas você como docente utiliza ou poderia utilizar para abordar Educação Sexual abrangendo as temáticas gênero, corpo e sexualidade? As falas de Gustavo e Ana convergem para uma abordagem biológico-higienista da Educação Sexual, sobretudo ao destacarem “*modo puramente científico*”, “*partes do corpo humano*”, “*partes íntimas*”, enunciando um discurso essencialista baseado num “determinismo biológico”. Ou seja, uma perspectiva reprodutiva e preventiva, que aborda o corpo de forma fragmentada e se restringe à dimensão biológica presente nas aulas de Ciências/Biologia. Embora seja necessário abordar sobre prevenção e saúde sexual, não significa deixar de lado as dimensões socioculturais e políticas de corpo, gênero e sexualidade, implicando em um currículo biologicista e limitado (FURLANI, 2011).

Quando a docente Ana argumenta que os/as alunos/as desconhecem “o que seria *pênis, uma vagina*” (Profa. de Português, 02/09/2019). Além de reforçar essa dimensão biologicista, cabe problematizar essa linguagem sexista e hegemônica, ao incorporar características que inferiorizam e ocultam o feminino. Vale questionar os termos “pênis” e “vagina” para distinguir os sexos masculinos e femininos, pois o termo “vagina” (referente ao canal vaginal) representa insinuação reprodutiva. Assim tal termo deveria ser substituído por “vulva, que é referente à genitália externa feminina e faz parte da sexualidade humana (FURLANI, 2013).

Ainda acerca dessa abordagem preventiva, os ditos do docente Gustavo: “*É um pouco complicado e um pouco constrangedor [...] uma aluna perguntou como usar o preservativo feminino, eu me senti um pouco desconfortável*” (Prof. de Matemática, 13/11/2019). Evidenciam representações de sexualidade alicerçadas em tabus e normatizações socioculturais e religiosas que permeiam as trajetórias dos/as professores/as. Para Furlani (2007), tabus (sexuais) englobam atos, valores palavras e/ou símbolos vistos como negativos e “proibidos” numa determinada sociedade por motivos religiosos, morais e/ou socioculturais. Desse modo, alguns/as docentes não se sentem confortáveis em se posicionar contrários aos valores “tradicionalistas” e/ou princípios defendidos pela família e/ou pela maioria da sociedade, ressaltando as inseguranças e dúvidas dos/as docentes sobre sexualidade e gênero, além da carência da abordagem dessas temáticas em sua formação inicial e/ou continuada.

Corroborando com Rocha, Armando e Campos (2022), que ao realizarem suas pesquisas sobre “Normatividade social, orientação sexual e diversidade na escola: o que dizem professoras e professores de educação física?” relatam que foi perceptível um certo desconforto dos/as participantes em abordar as questões sobre diversidade e orientação sexual na escola, posto que, a maioria dos/as educadores/as carece de (in)formações sobre gênero e sexualidade em uma perspectiva sociocultural (ARMANDO; CUSATI; MIRANDA, 2022).

Os ditos da docente Valesca acerca do conceito de “gênero” parecem “confundir” com a questão linguística, gramatical e/ou textual, ao associar com leitura e oralidade, por outro lado, também pode significar as possibilidades de abordar essa temática na disciplina Português a partir da interpretação de diferentes textos e vivências. Além disso, destaca a questão de “*respeitar a diversidade*”, cabe problematizar a noção simplista de respeito como uma forma de justificar o preconceito camuflado em um existencialismo cultural onde as “diferenças culturais” são polarizadas, oprimidas e (in)toleradas, restando apenas respeitá-las (SILVA, 2000). Reside aí a relevância da escola como *espaço de reflexão*, para discutir essas questões de sexualidade e gênero, visto que, de modo direto e/ou indireto, sempre esteve imbricada no processo de construção de identidades/diferenças sociais.

A docente Alice acrescenta “*sinto muita falta dessa ideia de escolas como espaços de reflexão*” (Profa. de Sociologia, 28/08/2019). Tal enunciado evidencia a necessidade de ampliar a discussão acerca de sexualidade e gênero como um processo contínuo e sistemático, que transversalize todas as disciplinas, além da Sociologia e/ou Biologia. Ao reconhecer a Educação Sexual como um campo transdisciplinar, um modo de abordar essas temáticas que atravessa, mas não se restringe, as disciplinas, visto que, produz saberes e práticas com perspectivas convergentes e/ou divergentes. No entanto, observamos que a abordagem da Educação Sexual ainda é bastante restrita e um dos motivos consiste na carência da formação docente inicial e/ou continuada, bem como convenções religiosas (e socioculturais) que dificultam uma discussão plural e democrática (FURLANI, 2013).

Nesse contexto, a participante enfatiza a dificuldade de discutir sobre feminismo, gênero e sexualidade, “*sempre vai ter algo que barra*”, esse enunciado sinaliza que o essencialismo e o fundamentalismo religioso em que estão alicerçadas as famílias tradicionais, constituem barreiras para a abordagem sociocultural da Educação Sexual, pois sustenta padrões patriarcais, heteronormativos, conservadores que

(re)produz discursos fundamentalistas e antifeministas (LOURO, 1997; NASCIMENTO, 2015).

“*Não é algo que está no livro didático*”, a partir desse dito fica evidente que, de um modo geral, as temáticas socioculturais da Educação Sexual não costumam estar presentes nos artefatos escolares, como os livros didáticos, o que favorece um currículo conteudista, pois, muitas vezes, se torna empecilho para os/as docentes “justificarem” a abordagem. Para Junqueira (2009), tais assuntos são invisíveis no livro didático, no currículo e até mesmo nas discussões sobre direitos humanos na escola. Em consonância, Rodrigues e Marques (2022), ressaltam que as categorias gênero e sexualidade estão pouco presentes nos livros didáticos, sobretudo no livro de Ciências tudo se reduz a categoria sexo. Portanto, Louro (1997) enfatiza que os livros didáticos e paradidáticos têm sido objetos de várias investigações, visando examinar as representações de gêneros, sexualidades, grupos étnico-raciais, classes sociais. Dessa maneira, Furlani (2005) aponta o livro como “produto cultural e pedagógico”, local onde os significados de sexualidade e gênero são marcados, contestados e rearticulados.

De outro modo, a fala de Pedro ao destacar “*outras práticas*”, “*rodas de conversa*” e “*recursos de multimídia*” (Prof. Matemática e Física, 03/09/2019). Sinaliza a importância de adotar metodologias plurais para abordagem da Educação Sexual nas escolas, sobretudo artefatos culturais, como filmes, entre outros. Nessa direção, seria interessante discutir sobre sexualidade, corpo e gênero de uma forma lúdica com dinâmicas e/ou jogos, para atrair atenção dos/as discentes, inicialmente por meio da escuta atenta acerca das dúvidas, bem como, sobre o que já sabem e/ou ouviram falar sobre essas temáticas. Furlani (2013) sugere como uma das possibilidades de abordagem com crianças a discussão dos conceitos a partir de revistas, ilustrações, livros paradidáticos infantis. Segunda a autora, o/a professor/a deveria conduzir, mas deixar o/a aluno/a construir seus conhecimentos.

Vale ressaltar a relevância dos artefatos culturais utilizados como recurso para abordagem da Educação Sexual. De acordo com Ribeiro (2009), podemos entender os artefatos culturais como instrumentos (in)formativos resultantes de uma construção sociocultural, que inclui filmes, músicas, programas de TV, propagandas, tirinhas, charges, (re)produzindo uma série de discursos marcados por relações de poder e, portanto, passíveis de problematizações. Soares (2008) aponta o reconhecimento de artefatos e pedagogias culturais como locais que (re)produzem as identidades/diferenças, tais como sexuais e de gênero.

Nesse rumo, notamos rupturas e (des)continuidades no espaço escolar acerca da temática da Educação Sexual, posto que, a abordagem ainda costuma estar limitada à dimensão biológico-higienista, a partir de prescrições e representações fundamentalistas que alicerçam padrões sexuais e de gênero. Destarte, enfatizamos o quanto é urgente à incorporação de sexualidade e gênero nos currículos escolares e acadêmicos, além de pluralizar o reconhecimento de múltiplas identidades/diferenças, proporcionando equidade e inclusão aos sujeitos silenciados e invisibilizados na escola. Essa discussão nos permite exercitar problematizações, visando (des)construir múltiplos olhares sobre como as abordagens e práticas docentes se desenvolvem no contexto escolar.

Entre limites e possibilidades: ensaiando novos caminhos

No decorrer da pesquisa, investigamos os limites e as possibilidades para a incorporação da Educação Sexual nos currículos escolares. Tal campo enfrenta dificuldades para atravessar fronteiras estabelecidas na sociedade, principalmente, por conta de tabus e preconceitos alicerçados em discursos essencialistas e fundamentalistas. Além da carência na formação docente inicial e continuada que constitui um dos principais empecilhos para abordagens acerca de sexualidade e gênero na escola.

Nesse contexto, quando questionados sobre os limites e possibilidades para a incorporação da Educação Sexual na escola, percebemos convergências nas falas de Jany, Paulo e Anderson quando dizem que “*limites não é pra ter*”, “*a gente já aborda*”, “*Educação Sexual já existe*” sinalizando um cenário favorável para a incorporação da Educação sexual nos currículos. Por outro lado, quando enunciam “*vejo resistência de algumas famílias*”, “*é um tabu falar disso*”, “*as religiões também dificultam bastante a implantação desse tipo de abordagem na escola*” esse discurso aponta as famílias tradicionais e os dogmas religiosos como um dos principais empecilhos para a abordagem da Educação Sexual. Pois, para muitas famílias conservadoras seria uma afronta contra os valores religiosos, que apoiados em um fundamentalismo cristão, constituem representações normativas, preconceituosas e discriminatórias contra a diversidade, invisibilizando sexualidades e gêneros nas escolas (NASCIMENTO, 2015). Furlani (2007, p.113) adverte: “[...] A mesma cultura que cria esses tabus é a que pode revertê-los, possibilitando, assim, ampliar o tempo de satisfação e de vivências sexuais para todos os indivíduos em todas as idades”. Dessa forma, torna-se importante discutir

cada vez mais as temáticas de gênero sexualidade nos currículos escolares para desconstruir mitos e tabus acerca da Educação Sexual.

A partir da fala da docente Jany: “*os professores se sentem acanhados, é todo um histórico, porque às vezes não foi falado quando era aluno, dependendo da graduação dele também não se fala e chega com limitações pra trabalhar esse tema em sala de aula*” (Prof. De Geografia e Núcleo de Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais, 11/11/2019). Tal enunciado que constitui uma materialidade repetível evidencia a carência na formação docente inicial e continuada, em consequência a não incorporação da Educação Sexual na maioria dos currículos escolares e acadêmicos. A participante também enfatiza a timidez dos professores homens para discutir assuntos como menstruação e gênero, tal visão pressupõe uma lógica patriarcal, binária, machista e sexista que atribui somente às mulheres a necessidade de tomar a frente de tais questões, por envolver cuidados com o corpo, prevenção e relações de afetividade. Ademais, vale ressaltar que encontramos resistências de alguns/mas educadores/as em participar da pesquisa, principalmente homens se posicionando contra a temática da Educação Sexual em sala de aula.

O participante Fábio aponta uma visão limitada da Educação Sexual quando argumenta “*eu acho que tudo deve ter limite, principalmente com um tema como esse polêmico [...] não consigo ver onde se encaixa na minha disciplina*” (Prof. de Matemática e Física, 18/11/2019). Recorrendo a um olhar conteudista acerca do currículo para justificar que tal campo não teria relação com disciplinas como Física e/ou Matemática; portanto, deveria ser abordado somente nas disciplinas de Biologia e Formação Cidadã. Esse enunciado enfatiza um posicionamento acrítico pautado no senso comum ao julgar as temáticas de sexualidade e gênero como polêmicas e distantes dos espaços escolares, o que nutre a manutenção de preconceitos.

Essa dificuldade de articular os temas transversais com as disciplinas curriculares foi evidenciada nas falas dos docentes Fábio e Anderson, respectivamente: “*A não ser que eu deixe o conteúdo que é programado durante o ano e deixe um momento pra trabalhar com esse assunto*” (Prof. Matemática e Física, 18/11/2019); “*a questão é a gente trabalhar a grade curricular, ela tem que ser mais extensa*” (Prof. De Biologia, 19/11/2019). Tais enunciados remetem a um entendimento de currículo escolar como “grade”, ou seja, como se os/as docentes (e em consequência os/as discentes) estivessem “encarcerados/as” em um conteúdo programático que invisibiliza as temáticas da Educação Sexual.

Para Foucault (2014b), os dispositivos “carcerários” operam por meio da vigilância e punição encontrados não somente nas prisões, mas perpassam outras instituições sociais, como a escola, o hospital, a fábrica, exercendo um poder normalizador que incide sobre os indivíduos e/ou grupos sociais a partir de uma rede discursiva e disciplinar. Nessa ótica, a humanidade torna-se alvo de muros, regras, limites, discursos e instituições que compõem uma rede múltipla de dispositivos de “encarceramento”, visando manter a disciplina e relações de poder-saber, ao (re)produzir hierarquias e normas que cumprem a função de sujeição e disciplinarização de “corpos dóceis”. Reside aí a relevância de problematizar os dispositivos (inclusive as “grades curriculares”) que buscam enclausurar os sujeitos sob a égide da disciplina, o que indica a necessidade de “observar” atentamente os espaços educativos.

A partir de Foucault (2014b), podemos pensar a escola e a universidade como instituições disciplinares que produzem uma maquinaria de controle posta em funcionamento como uma espécie de “microscópio do comportamento”. Entretanto, cada vez mais esses mecanismos disciplinares utilizam instrumentos e estratégias para exercerem o poder (disciplinar/biopoder) por meio de “processos flexíveis de controle, que se pode transferir e adaptar.” (FOUCAULT, 2014b, p. 204). Dessa maneira, tal pensamento foucaultiano instiga assumir que a Educação Sexual “é ao mesmo tempo uma técnica de poder e um processo de saber. Trata-se de organizar o múltiplo, de se obter um instrumento para percorrê-lo e dominá-lo; trata-se de lhe impor uma “ordem”.” (FOUCAULT, 2014b, p. 145).

Por outro lado, sobre as possibilidades de incorporação da Educação Sexual nos currículos escolares, as falas de Jany e Anderson, respectivamente, vislumbram um cenário favorável, quando enunciam “*Essa transversalidade, eu acho que a gente deveria incorporar em outras disciplinas não só duas três específicas e muito menos só em um bimestre*”; “*incrementar mesmo essa temática na educação desde o Ensino Fundamental ao Ensino Médio*”. Esses enunciados sinalizam o reconhecimento de uma Educação Sexual como um processo contínuo e sistemático, que deveria ser discutido em todos os níveis de ensino, abrangendo dimensões de sexualidade, corpo e gênero.

Reconhecer a Educação Sexual como um campo transdisciplinar significa que seus saberes e suas práticas transversalizam não somente o currículo de Biologia, mas todas as disciplinas e vão além, por meio de diferentes abordagens, conexões e atravessamentos, o que reforça a ideia de multiplicidade de discursos sobre sexualidade e gênero, em detrimento de uma noção essencialista e totalizante de currículo. Silva

(2010) argumenta sobre a importância de “conviver com o currículo como fetiche”; reconhecendo seu caráter híbrido e amalgamado, aproximando-se de uma perspectiva de Educação Sexual que mistura saberes e práticas, tanto ao atravessar as disciplinas quanto excedendo seus limites, para transpassar as vivências dos/as discentes e docentes, possibilitando enxergar corpos, gêneros e sexualidades que constituem nossas identidades como plurais e contingentes.

Os ditos do docente Paulo “*As possibilidades é que já está sendo incorporada e paliativamente, o caminho é esse mesmo, porque conforme vai implantando as barreiras pouco a pouco vão caindo e daqui a pouco já vai estar totalmente incorporada sem mais rebuliços*” (Prof. de Português, 18/11/2019); enfatizam que a Educação Sexual “além do biológico” significa justamente percorrer outros caminhos em direção a um currículo que acolha as identidades/diferenças. Para tanto, torna-se imprescindível um exercício de problematização para, como destaca Paraíso (2016a, p.209), questionar as racionalidades que constituem os currículos, evidenciando seus efeitos, limites e suas possibilidades “[...] para, então, traçar caminhos que possibilitem desaprender todo um longo histórico de aprendizagens [...]” sobre sexualidade e gênero. Pois, como nos lembra Foucault (2015b) onde há redes de poder, existem pontos de resistência. “A resistência abre espaços, abre caminhos, cria possibilidades. A resistência cria um reexistir, um existir de outro modo.” (PARAÍSO, 2016b, p. 389). Ou seja, a resistência possibilita ressignificar.

Nesse sentido, quando Foucault nos ensina sobre a multiplicidade dos discursos, instiga repensar a Educação Sexual como produtora de saberes e práticas alicerçadas em mecanismos de poder, que constrói um modo de ‘enunciar’, ‘abordar’ e/ou ‘ver o outro’. Contudo, as distintas abordagens que esse campo transdisciplinar abrange precisariam ser problematizadas, para transitar por novos caminhos que excedam os limites das questões fisiológicas, anatômicas, genéticas e evolucionistas marcantes no discurso biológico, ensaiando um movimento de autocrítica e rearranjo das relações de poder.

Conclusões transitórias

A partir dessa análise do discurso, buscamos problematizar os ditos (e os não ditos) dos/as docentes acerca das temáticas sexualidade e gênero nas escolas. Os enunciados dos/as participantes sinalizaram uma representação biologicista, ou seja, discursos essencialistas baseados em um “determinismo biológico”, bem como uma perspectiva reprodutiva e preventiva da Educação Sexual. Além de uma linguagem

sexista e hegemônica, que evidencia representações de sexualidade alicerçadas em tabus e normatizações, tais discursos advindos de famílias tradicionais pautados em dogmas religiosos constituem um dos principais empecilhos para a abordagem dessas temáticas nos espaços escolares.

Outro aspecto destacado foi que as temáticas socioculturais da Educação Sexual não costumam estar presentes nos artefatos escolares, como os livros didáticos. Por outro lado, alguns/mas participantes apontaram a necessidade de ultrapassar práticas curriculares conteudistas e abordagens biológico-higienistas, apresentando um cenário favorável para uma abordagem sociocultural da Educação Sexual. Evidenciamos que os currículos escolares da região do Cariri cearense, ainda se mostram “distantes” da incorporação de uma Educação Sexual sistemática e contínua, sobretudo, em decorrência de empecilhos formativos e religiosos-fundamentalistas.

Ao concluir esse estudo, ressaltamos que a abordagem de sexualidade e gênero na escola se faz urgente e necessária para desconstruir tabus que permeiam essas temáticas tão imprescindíveis nos espaços escolares, por mais que insistam ocultá-la. Nesse rumo, as escolas demandariam uma emergente problematização que promova espaços de discussão e acolhimento da diversidade sexual, excluindo as desigualdades sociais e de gênero, para ultrapassar barreiras e limites que foram impostos socioculturalmente ao longo da história. Com isso, parece-nos indispensável um sistema educacional que realmente seja inclusivo, bem como investir na formação contínua dos/as educadores/as, promovendo ações e projetos de enfrentamento de preconceitos e discriminações.

Nesse prisma, salientamos a importância da discussão contínua e sistemática na formação docente nos cursos de Licenciatura e demais espaços educativos, instigando problematizações acerca das temáticas sexualidade e gênero, usualmente, marcadas por lutas e resistências. Assim, salientamos a necessidade de ultrapassar abordagens biologicistas, para ensaiar estratégias didático-metodológicas socioculturais, criando nos espaços de (in)formação, oportunidades de fala, escuta e discussão com vistas a fornecer recursos simbólicos aos/as docentes e discentes, evitando desencontros com a diversidade.

Uma Educação Sexual “além do biológico” assumidamente política e “socialmente relevante” parece significativa não somente no currículo de Biologia, mas em distintos espaços educativos, sobretudo ao ser incorporada como uma invenção cultural que resulta de múltiplas histórias e possibilidades. Afinal, “um currículo pode

estar feito da mesma matéria dos sonhos, nos quais tudo é possibilidade?” (PARAÍSO, 2018, p. 49). A construção de qualquer campo de saber advém de discursos que produzem uma multiplicidade de saberes, práticas, vivências e representações em torno de sexualidade, gênero e, assim nos constitui como sujeitos (masculinos, femininos, agêneros...) transitórios e contingentes nessa cultura cambiante.

Referências

- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Garcia Mary; SILVA, Lorena Bernadete. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. p. 29-38.
- AMANDO, Marília Rocha; CUSATI, Iracema Campos; MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de. Normatividade social, orientação sexual e diversidade na escola: o que dizem professoras e professores de educação física?. **EDUCA-Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 9, p. 1-22, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/5103/341>. Acesso em: 27/02/2022.
- BATISTA, Célio Augusto Alves; BATISTA, Halley Guimarães. Breve história dos municípios do Cariri cearense: fatos e dados. Fortaleza: INESP, 2020.
- BORTOLINI, Alexandre; MOSTAFA, Maria; COLBERT, Melissa; BICALHO, Pedro Paulo; POLATO, Roney; PINHEIRO, Thiago. **Trabalhando diversidade sexual e de gênero na escola: Currículo e Prática Pedagógica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.
- CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: n Versos, 2015.
- FELIPE, Jane. Educação para a Sexualidade: uma proposta de formação docente. In: BRASIL. Ministério da Educação. TV Escola. **Salto para o futuro: Educação para a igualdade de gênero**. 2008. Disponível em: http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/163222Edu_igualdade_gen.pdf. Acesso em: 8 set. 2016.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, n. 114, p. 197-223, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade 3: o cuidado de si**. São Paulo: Paz e Terra, 2014a.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014b.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade do saber**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015a.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015b.

FURLANI, Jimena. Que bicho é esse? In: _____. **O bicho vai pegar!** – um olhar pós estruturalista à Educação Sexual a partir de livros paradidáticos infantis. Tese (doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FURLANI, Jimena. **Mitos e tabus da sexualidade humana:** subsídios ao trabalho em educação sexual. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula:** relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FURLANI, Jimena. Educação sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 67-82.

GOELLNER, Silvana Vilodre; LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane. **Corpo, gênero e sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. 9. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 30-42.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 103-133.

JUNQUEIRA, Rogério Dinis. Políticas de educação para a diversidade sexual: escola como lugar de direitos. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Orgs.). **Homofobia & Educação:** Um desafio ao silêncio (pp.161-193). Brasília: LetrasLivres: Ed UnB, 2009, p.161-193.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, v. 25, n. 2, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218, dez. 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 43-53.

LOURO, Guacira Lopes. **Flor de açafreão:** takes, cuts, close-ups. Belo horizonte: Autêntica, 2017.

MACEDO, Elisabeth. Um discurso sobre gênero nos currículos de ciências. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 45-58, jan/jun. 2007.

MEYER, Dagmar Estermann; Teorias e políticas de gênero: fragmentos de histórias e desafios atuais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 1, p. 13 -18, jan./fev. 2004.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero, Sexualidade e Currículo. In: BRASIL (TV Escola/Salto para o futuro). **Educação para igualdade de gênero**. Ano XVIII, Boletim 26, p. 20-30, nov. 2008.

MEYER, Dagmar Estermann. Corpo, Violência e Educação: uma abordagem de gênero. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 213-234.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 11-29.

NASCIMENTO, Leonardo. Qual ideologia de gênero? A emergência de uma teoria religiosa fundamentalista e seus impactos na democracia. **Albuquerque – revista de história**, v. 7, n. 13, p. 85-100, jan./jun. 2015.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Currículo e relações de gênero: entre o que se ensina e o que se pode aprender. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 206-237, jan./abr. 2016a.

PARAÍSO, Marlucy Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Currículo sem Fronteiras**, Pelotas, v. 16, n. 3, p. 388-415, set./dez. 2016b.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: invenção política com gênero e sexualidade em tempos do slogan “ideologia de gênero”. In: PARAÍSO, Marlucy Alves; SILVA, Maria Carolina da. **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018. p. 23-52.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia, Hierarquização e Humilhação Social. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. (Org.). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 51-72.

RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (Org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Editora da FURG, 2017.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A Institucionalização dos Saberes acerca da Sexualidade Humana e da Educação Sexual no Brasil. In: FIGUEIRÓ, Mary Neide

Damico. (Org.). **Educação Sexual**: múltiplos temas, compromisso comum. Londrina: UEL, 2009. p. 129-140.

RODRIGUES, Geovanna Pereira; MÁRQUES, Fernanda Telles. Sexo, gênero e diversidade sexual em livros didáticos de história e de ciências do ensino fundamental II. **EDUCA-Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 9, p. 1-23, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/6541>. Acesso em: 27 fev. 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Teoria Cultural e Educação**: um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu. **O currículo como fetiche**: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOARES, Rosângela. Pedagogias Culturais produzindo identidades. In: BRASIL (TV Escola/Salto para o futuro). **Educação para igualdade de gênero**, Ano XVIII, Boletim 26, p. 47-53, nov. 2008.

SOUZA, Elaine de Jesus. **Educação sexual “além do biológico”**: problematização dos discursos acerca de sexualidade e gênero no currículo de licenciatura em biologia. Porto Alegre, 2018. 209 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

XAVIER, Constantina Filha. Educação para a(s) sexualidade(s): carregar água na peneira? **Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 5, n. 2, 2017, p.16-39.

Enviado em: 07/06/2021

Aceito em: 07/03/2023.

Publicado em: 25/12/2023.